

ANEXO

Testemunho do autor da ideia legislativa “Fim da pensão militar para filhos e filhas de militares”

O cidadão Lucas Eduardo de Almeida Cobra, de São Paulo, é autor da ideia legislativa que alcançou 57.392 apoios em dezembro de 2018 e resultou na Sugestão Legislativa (SUG) 20/2019. A proposta defende o fim da pensão militar para filhos e filhas de militares.

Sobre o testemunho do autor da ideia legislativa

O testemunho é um documento elaborado pelo autor da ideia legislativa ou pela equipe do e-Cidadania a partir de entrevista realizada com o autor da ideia legislativa. Em alguns casos, a equipe conversa com o autor, ouve seus argumentos, e, depois, redige um texto com base na entrevista. Esse texto é enviado ao autor para revisão, aprovação e autorização expressa para publicação. Dessa forma, o texto do testemunho é um retrato fiel do pensamento do autor da ideia.

O auxílio na elaboração do documento é uma maneira de estender a participação popular no processo legislativo, uma vez que permitirá que pessoas de diferentes escolaridades apresentem seus argumentos.

Depoimento

A sugestão da ideia surgiu quando descobri que existe uma lei que beneficia filhos de militares. Então, resolvi sugerir que essa lei fosse extinta.

Conforme a Constituição, todos somos iguais perante a lei. Mas, se os militares entendem que devem ter esse tipo de privilégio, eles estão ferindo a Constituição. Não sei de nenhuma outra profissão em que seus filhos têm esse direito previsto em lei.

Acredito também que seus familiares, salvo exceções de filhos com necessidades especiais severas, têm a plena capacidade de conquistar suas próprias carreiras para obterem seu próprio sustento, sem a necessidade de salário hereditário. Seus pais conquistaram suas próprias carreiras, com seus próprios esforços. Assim, seus filhos devem seguir o mesmo exemplo, como faz, todos os dias, a maioria da população brasileira economicamente ativa.

Porém, existem filhos de militares que trabalham e, mesmo assim, recebem esse tipo de pensão, mas uma razão para que esse benefício seja extinto.

Minha expectativa é que, com o apoio e a aprovação da extinção deste benefício, seja possível abrir espaço para a discussão sobre se existe necessidade de gastos elevados com verba de gabinete e cota parlamentar, e que se possa abranger, também, os Poderes Executivo e Judiciário nessa discussão.

O povo brasileiro espera, há anos, pela redução desse tipo de despesa e que se faça justiça. Isso seria uma grande vitória para o contribuinte.